

1 ATA DA XXXVI REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CEMA/PR

2 Aos vinte e um dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e quatro, às quatorze
3 horas, realizou-se em Curitiba, no pequeno auditório da Secretaria de Estado da Administração do
4 Paraná, no Edifício Castelo Branco, situado na Rua Marechal Hermes, a XXXVI reunião do
5 Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA/PR, tendo a mesma sido presidida por VITÓRIO
6 SOROTIUK, Secretário Estadual do Meio Ambiente - SEMA e Diretor-Presidente do Instituto
7 Ambiental do Paraná - IAP, a qual contou com as participações de PAULO CEZAR RIZZO
8 CERDEIRA, Secretário Executivo do CEMA; NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia
9 Universidade Católica do Paraná; DEODATO MIGUEL DE PAULA SOUZA, da Universidade
10 Estadual de Ponta Grossa; LILIAN DEQUECH SELEME, da Secretaria de Estado da Agricultura e
11 do Abastecimento; ALMA LOPES, da Universidade Federal do Paraná; PAULO APARECIDO
12 PIZZI, da Mater Natura; ROBERTO XAVIER DE LIMA, do IEA e SPVS; EDUARDO KARDUSH, da
13 ACOPAL - Palmeiras; JUAREZ CORDEIRO DE OLIVEIRA e DONIVALDO PEREIRA DO CARMO,
14 do IAP; RENATO EUGÊNIO DE LIMA, da UFPR-NIMAD; ITAGIBA GERALDO MORETTI, da
15 Universidade Estadual de Londrina e, CLOVIS EDILBERTO d'ASSUMPÇÃO, do Sindicato dos
16 Engenheiros do Paraná - SENGE-PR. Aberta a segunda reunião anual, o Presidente do CEMA
17 justificou que o curto prazo de tempo transcorrido desde a realização da última reunião, ocorrida
18 em novembro, para a realização daquela XXXVI reunião, decorria da premente necessidade de
19 cumprir com os novos dispositivos do Plano Nacional de Meio Ambiente - PNMA no que diz
20 respeito à obrigatoriedade de realizar, no mínimo, duas reuniões anuais. Abordou, na seqüência, o
21 primeiro assunto da pauta da reunião, referente à nova constituição do CEMA, sobre o qual fora
22 encaminhada, a todos os Conselheiros, proposta emanada da SEMA, que contém sugestões para
23 a alteração da natureza do CEMA, de consultivo para deliberativo, bem como da sua nova
24 composição e dos artigos da sua constituição legal que deveriam ser adaptados para o
25 atendimento das novas exigências do PNMA. Considerou que aquela era uma proposta inicial,
26 para ser discutida de forma ampla e democrática dentro do CEMA, como também, que não via a
27 existência de possibilidades técnica, administrativa e política de serem conseguidas, ainda na
28 atual legislatura, as desejadas e necessárias alterações na lei de criação do Conselho, o que
29 deverá ser oportunizado para o próximo período legislativo, a partir de fevereiro de 1.995. Como
30 segundo assunto da pauta, referiu-se à exposição que seria feita por técnico do IAP, que
31 abordaria a atual situação das Unidades de Conservação do Estado do Paraná, sobre cujo
32 assunto o Presidente informou que foram criadas oito novas Unidades nos últimos 60 dias, e,
33 anunciou que no dia seguinte, 22 de dezembro, seria criada mais uma Unidade, a da Estação
34 Ecológica de ILHA GRANDE, no Rio Paraná, na região noroeste do Estado, com assinatura do
35 competente Decreto pelo Senhor Governador do Estado, bem como que, no dia 10 de Dezembro
36 já havia sido assinado um acordo de cooperação técnica entre os Estados do Paraná e do Mato
37 Grosso do Sul, visando a criação de Unidade de Reserva da Biosfera, abrangendo a região

38 chamado varjão do Rio Paraná, visto tratar-se de um trecho de cerca de 200 quilômetros daquele
39 rio, onde habitam espécies em processo de extinção, como também, por ser aquele, um dos
40 últimos trechos do Rio Paraná ainda não represados. Com essas medidas o Presidente
41 considerou que em grande parte o Governo do Paraná cumpria com o seu compromisso político
42 de adoção de efetivas medidas de interesse ambientalista de toda a nossa sociedade, restando
43 ainda por cumprir com a desapropriação da área do Parque do Guartelá e a criação do Parque
44 das Araucárias para o qual se fazem necessários 200 milhões de dólares, cujas medidas
45 preliminares porém já haviam sido tomadas. Salientou todavia, que todos os outros demais
46 ecossistemas paranaenses representativos estavam protegidos por Unidades de Conservação, já
47 criadas. Destacou, contudo, que uma das medidas mais importantes adotadas pelo Governador
48 Mário Pereira, na área ambientalista, foi a autorização para contratação, mediante concurso
49 público, de 27 técnicos de nível superior e 83 de nível médio, para atender à demanda
50 administrativa do sistema de manejo de todas as Unidades de Conservação do Estado, sendo que
51 para operacionalizar o referido sistema deverá ser instituído um específico Conselho Consultivo
52 junto à SEMA. A seguir referiu-se à apresentação que seria feita por DONIVALDO PEREIRA DO
53 CARMO, técnico do IAP, a respeito do Programa ÁGUA LIMPA, no que se referia à sua última
54 etapa de implantação, transcorrida nos últimos quatro anos, e que teve como resultado final a
55 restauração ambiental de 27 locais de mananciais de água para consumo e a recuperação de
56 cerca de 1.300 quilômetros de matas ciliares ao longo das margens de rios paranaenses, bem
57 como a fauna aquática. Salientou, ainda o senhor Presidente, que o Programa de criação de
58 Unidades de Conservação e o de recuperação de matas ciliares, denominado de ÁGUA LIMPA,
59 são integrados e deveriam, na verdade, serem vistos como uma ação conjugada no esforço da
60 restauração ambiental do Estado, pois, através da recuperação das matas ciliares poderão ser
61 restabelecidos os corredores de circulação para a natural movimentação das mais diferentes
62 espécies de fauna por quase todo o território do Paraná. Antes, porém, o Presidente passou a
63 palavra ao Secretário Executivo do CEMA para que apresentasse breve relato das ações
64 desenvolvidas nos últimos dias por aquele setor do Conselho. Foram então informadas pelo
65 Secretário, as confirmações das indicações oficiais dos seguintes Conselheiros docentes:
66 NICOLAU LEOPOLDO OBLADEM, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, RENATO
67 EUGÊNIO DE LIMA, pela Universidade Federal do Paraná; ITAJIBA GERALDO MORETTI, pela
68 Universidade Estadual de Londrina; DEODATO MIGUEL DE PAULA SOUZA, pela Universidade
69 Estadual de Ponta Grossa, não tendo sido recebida a indicação do representante da Universidade
70 Estadual de Maringá. Informou, também, que foram encaminhadas correspondências para 142
71 ONGs ambientalistas existentes no Estado, objetivando os seus respectivos cadastramentos e a
72 indicação de sete representantes para a nova composição do Conselho, lamentando, todavia, que
73 face a greve deflagrada pelo pessoal do serviço dos Correios, poucas correspondências foram
74 respondidas, o que inviabilizou aquele esperado processo de eleição de representantes das
75 ONGs, o que, sugeria, fosse tratado dentro dos Assuntos Gerais da pauta. A seguir, anunciou

76 carta recebida da Associação Ecológica de Rolândia, a qual faz denúncia e pede a intervenção da
77 SEMA junto àquele Município, em razão de que o mesmo não está aplicando os recursos
78 recebidos do ICMS-Ecológico na recuperação da mata ciliar nos principais rios onde é feita a
79 captação de água para o consumo. Na seqüência, o Secretário relacionou as outras
80 correspondências recebidas: Associação Londrinense de Canoagem Ecológica, Autarquia do Meio
81 Ambiente de Londrina, Comissão de Conservação de Solos e Meio Ambiente, Fundação
82 Ecológica de Pesquisa e Preservação, Instituto Indigenista e de Estudos Sócio-Ambietais, Clube
83 Excursionista Face Verde, Associação Feminina de Montanhismo, Bandeira Verde, Liga
84 Ambiental, SPVS, Instituto de Estudos Amazônicos, GEEP-Açungüi e, ECOOTOPIA - Associação
85 Cooperativa de Idéias para o Ecodesenvolvimento, as quais apresentaram votos para a eleição de
86 representantes de ONGs, cujo assunto sugeriu, fosse tratado, conforme o anteriormente acertado,
87 junto com o tema dos Assuntos Gerais da pauta. Na seqüência, devolveu a palavra ao Presidente
88 da mesa, o qual abordou a questão da proposta de reforma da lei que se presta a alterar para
89 deliberativo o caráter do CEMA e a nova composição do Conselho, o que colocou para discussão
90 pela plenária. Fazendo uso da palavra, PAULO PIZZI, da Mater Natura, relatou os trabalhos que
91 foram desenvolvidos pela Comissão Especial, para este fim designada na reunião anterior do
92 CEMA, mas que, face o período de final de ano e da atual legislatura, como também do atual
93 Executivo, sugeria que o assunto fosse tratado a partir da próxima reunião do Conselho o que foi
94 discutido e aprovado pelos Conselheiros presentes. Só então, o Presidente passou a palavra a
95 DONIVALDO PEREIRA DO CARMO para relatar o desenvolvimento da etapa final do Programa
96 “Água Limpa”. Servindo-se da apresentação de slides e de diapositivos o expositor mostrou e
97 comentou o amplo sucesso alcançado na implantação daquele Programa, cujos resultados foram
98 altamente positivos, em termos de recuperação ambiental de 27 mananciais de água para
99 consumo e de cerca de 1.300 quilômetros de matas ciliares ao longo de rios paranaenses.
100 Realçou a integração do Água Limpa com o Paraná Rural, aduzindo que a sua implantação não
101 foi feita de forma unilateral e isoladamente, mas, sim em conjunto com outras entidades e,
102 principalmente, com a comunidade interessada e participativa, convencida da importância da
103 preservação dos mananciais, cujos resultados foram atingidos graças a participação dos
104 pequenos e médios produtores rurais e com a adesão da Promotoria Pública, para convocação de
105 outros setores abrangidos pela Programa. Considerou, na seqüência, que o Programa deve ser
106 ampliado e ter continuidade com uma maior participação das comunidades interessadas, ficando o
107 Poder Público com o papel de consultor e de orientação técnica, com o que encerrou a sua
108 apresentação. Retomando a palavra, o Presidente do Conselho informou que o Governo do
109 Estado espera, para os próximos quatro anos, recuperar cerca de 32.000 quilômetros de matas
110 ciliares, esperando para isso poder contar com recursos que deverão ser repassados pela ITAIPU
111 BINACIONAL, COPEL, SANEPAR e Governo do Estado e, a seguir passou a palavra para
112 JUAREZ CORDEIRO DE OLIVEIRA para apresentação do Programa de Unidades de
113 Conservação. Fazendo uso da palavra, o técnico do IAP iniciou dizendo que o resultado da

114 execução do Programa foi muito positivo para a preservação de ecossistemas típicos do Estado
115 do Paraná, fazendo, então, um comparativo histórico entre as situações anterior e posterior ao
116 início da sua implantação, para o que apresentou gráficos em transparências e diapositivos.
117 Informou que, na atualidade, existem no Paraná cerca de 1.122 mil hectares de Unidades de
118 Conservação, dos quais 1.040 mil ha são áreas já de uso regulamentado em sua grande maioria,
119 criadas no período de 1.991 a 1.994, com especial destaque para a gestão de VITÓRIO
120 SOROTIUK à frente da SEMA. Esclareceu que a situação ainda não é a ideal, mas que, com a
121 implementação do sistema de gerenciamento, o manejo das Unidades de Conservação será
122 integralizado e em muito contribuirá para a melhoria da situação, dizendo que a adoção do ICMS-
123 Ecológico em muito já contribuiu para essa melhoria, o que deverá ser reforçado com a vigência
124 da RPPN Estadual. Comentou, que, por outro lado, para melhoria dessa situação deverá contribuir
125 também, a definição funcional do IAP, privilegiando o Setor das Unidades de Conservação.
126 Encerrada a exposição, o Presidente retomou a palavra, e a colocou à disposição da Plenária,
127 para manifestação dos presentes. Tomando a palavra, RENATO XAVIER DE LIMA, manifestou
128 que foram oportunas as apresentações dos Programas Água Limpa e Unidades de Conservação,
129 tendo ficado demonstrado que o Paraná está na vanguarda na política de recuperação e
130 conservação do meio ambiente no Brasil. Disse que a retomada do processo de desenvolvimento
131 do Brasil é preocupante, visto que o mesmo gera choques de entendimento com a questão da
132 preservação ambiental. Deixou, como sugestão, que o processo de parceria entre as instituições
133 privadas e o Poder Público seja intensificado no próximo governo estadual, bem como com
134 relação aos chamados consórcios ambientais, como os do Rio Iguaçu e do Rio Tibagi, para a
135 conquista da melhoria no nosso ambiente, restabelecendo os naturais corredores de circulação da
136 flora e da fauna, na integração das matas ciliares com as áreas de reserva legal e as Unidades de
137 Conservação. A seguir, fez uso da palavra RENATO EUGÊNIO DE LIMA. Questionou que, que
138 por ocasião da elaboração do Projeto Água Limpa foi solicitada a contribuição da UFPR, para qual
139 contribuiriam 15 técnicos da Universidade que, durante dois meses elaboraram documento àquele
140 respeito e que, até agora, passados mais de dois anos, não haviam recebido qualquer retorno por
141 parte da SEMA ou do Governo do Estado, ao que, o Senhor Secretário confessou nunca ter tido
142 notícia ou informação a respeito da existência desse trabalho desenvolvido pela UFPR com
143 relação ao Projeto Água Limpa. Na seqüência, o Presidente do CEMA, após ter feito algumas
144 considerações sobre os Programas recém apresentados, informou aos presentes que,
145 recentemente, esteve em contato com o Ministério do Meio Ambiente, a quem foi levada a posição
146 do Governo do Paraná a respeito do repasse de recursos arrecadados pela cobrança de
147 ingressos nos Parques Nacionais existentes no Paraná, para os quais, em muito o Estado tem
148 contribuído, executando obras de acesso, conservação e fiscalização, sem que esteja recebendo
149 nenhuma contrapartida plausível com essa contribuição, colocando que essa discussão deverá
150 ser encaminhada pelo futuro governo estadual. Usando da palavra, o Secretário Executivo passou
151 a tratar do terceiro assunto da Pauta da reunião, referente aos Assuntos Gerais. Na oportunidade

152 fez uso da palavra PAULO PIZZI, da Mater Natura, fazendo referência a que aquela ONG ajuizou
153 ação no sentido de que 50% dos recursos oriundos da cobrança de ingresso ao Parque Nacional
154 do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, sejam reinvestidos no próprio Parque, para custeamento das
155 despesas da sua manutenção e conservação. Propôs, em seguida, que, ao invés de ser instituído
156 um Conselho Especial para tratar do sistema de gerenciamento das Unidades de Conservação,
157 conforme anunciara o Senhor Secretário, que fosse criada uma Câmara Técnica, específica para
158 esse fim, dentro do próprio CEMA. Propôs, ainda, que as ONSGs que até então não estivessem
159 cadastradas junto ao CEMA, só possam, dele tomar parte, na condição de observadores, sem
160 direito de votar ou ser votado, dizendo, a título de exemplar, ignorar se o COMAM é uma entidade
161 pública ou privada, e, no entanto, estava fazendo indicação de nomes para a eleição de
162 representantes de ONGS ao Conselho. Por último, propôs, face a impossibilidade de proceder à
163 eleição dos representantes das ONGs, que a plenária aprovasse uma moção no sentido de o
164 Senhor Governador do Estado decretar a prorrogação do mandato daqueles atuais Conselheiros
165 até a data de 31 de Março de 1.995, encaminhando ao futuro Secretário do Meio Ambiente
166 informação dos procedimentos adotados, nesse sentido, pelo CEMA. O Presidente do Conselho
167 interferiu, dizendo que o CEMA é uma instituição do Estado, criada por lei, e que está sob
168 responsabilidade do Secretário de Estado do Meio Ambiente, esclarecendo que todas as ações e
169 procedimentos nele adotados serão oficialmente relatados ao futuro novo titular da SEMA,
170 considerando ser possível a obtenção e assinatura de Decreto governamental prorrogando os
171 atuais mandatos de Conselheiros até 31 de Março de 1.995. Aproveitou para informar que já
172 propôs a permanência de PAULO CERDEIRA à frente da Secretaria Executiva do Conselho. Na
173 continuidade, fez uso da palavra o Conselheiro NICOLAU OBLADEN, da PUC-PR, que
174 apresentou material ilustrativo da Associação Nacional de Engenharia de Saneamento, uma ONG
175 que pretende cadastrar-se como tal junto ao CEMA-PR. Anunciou que, em 1.997 será realizado
176 no Paraná, sob a responsabilidade daquela ONG, o Congresso Nacional de Engenharia Sanitária,
177 em cuja oportunidade deverá ser realizado um fórum das ONGs brasileiras, para discussão da
178 questão ambiental a nível nacional. Na seqüência, informou que a Pontifícia Universidade Católica
179 do Paraná estará realizando em 1.995, cursos a nível de especialização sobre Gestão Ambiental e
180 sobre Gestão Ambiental para Indústrias, como também, que no segundo semestre de 1.995, a
181 PUC-PR estará implantando, a nível de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), curso na área de
182 Sistemas Ambientais Urbanos, como também, que estava criado o Curso de Engenharia
183 Ambiental, a ser iniciado no ano de 1.996, a ser realizado no “campus” de São José dos Pinhais,
184 cujos cursos deverão transformar a PUC-PR em um grande formador de recursos humanos para
185 tratar de todas as questões voltadas ao manejo, preservação e conservação do meio ambiente.
186 Por último, destacou e enalteceu os trabalhos desenvolvidos pela SEMA nos últimos 60 dias,
187 encerrando o seu pronunciamento. A seguir, fez uso da palavra DEODATO MIGUEL DE PAULA
188 SOUZA, que disse desconhecer a existência de um programa ou de uma política integrada para
189 tratar da questão ambiental no Paraná, e que considerava que deveria caber ao CEMA a

190 responsabilidade de desenvolver essa matéria. Citou como exemplo a região dos Campos Gerais
191 do Paraná, que está sujeita a uma progressiva ação antrópica predatória e que, a ter
192 continuidade, dela não restará nem o Parque do Guartelá, por tratar-se de uma região cujo
193 ecossistema é muito frágil. Por correlação, fez alusão às áreas de mineração da região, cujas
194 ações muito contribuem para a degradação ambiental de uma região de vocação iminente
195 agro-ecológica-turística. Citou como modelo de medida de preservação ambiental para a região, a
196 adoção da prática agrícola do plantio direto. Recomendou que, na elaboração de um Programa
197 estadual de Preservação do meio ambiente sejam respeitadas as características, propriedades e
198 peculiaridades ambientais de cada região, terminando por apresentar e deixar para distribuição
199 aos interessados, exemplares de publicação jornalística produzida por acadêmicos daquela
200 Universidade Estadual. O Presidente da mesa saudou o pronunciamento crítico do Conselheiro
201 DEODATO, e comunicou que deveria ausentar-se da reunião para atender chamado urgente do
202 Palácio do Governo. Agradeceu a presença de todos e de deixava a Presidência da Mesa para o
203 Secretário Executivo. Ainda dentro dos Assuntos Gerais, PAULO PIZZI, solicitou ao Secretário do
204 Meio Ambiente que o mesmo interceda junto ao Governo do Estado, no sentido de conseguir a
205 renovação do Convênio do Estado com as ONGs para a sua permanência no Edifício Dante
206 Alighieri, onde estão instaladas desde 1.982, ao que o Senhor Secretário, antes de ausentar-se,
207 informou que as providências devidas já haviam sido tomadas pela SEMA e que, provavelmente,
208 aquele Convênio seria renovado. Usou da palavra EDUARDO KARDUSH referindo-se ainda a
209 questão ambiental dos Campos Gerais, quanto ao alastramento das plantações de Pinus naquela
210 região. Disse que em termos botânicos, aquela é uma das regiões menos conhecida do Estado,
211 com relação ao seu potencial farmacológico e fitoquímico. Disse mais, que em termos de
212 paisagem, os Campos Gerais tem um visual que é único no Paraná, e que, portanto está por
213 merecer melhor atenção para o desenvolvimento da sua natural vocação agro-ecológica-turística,
214 como salientara o Professor DEODATO, a fim de que os Campos Gerais não sejam
215 transformados numa região de “Pinus Gerais”. Alertou que é preocupante o alastramento daquele
216 vegetal que já se propaga naturalmente pela ação dos ventos e das águas que transportam as
217 suas sementes pelo que sugere e solicita a adoção de manejo do Pinus quando ele tenha
218 surgimento espontâneo, para não descaracterizar os diferentes ecossistemas daquela região.
219 Retomando a palavra, PAULO PIZZI solicita definição quanto à indicação de um representante
220 das ONGs para acompanhar o processo de eleição dos seus representantes, junta ao CEMA/
221 SEMA/ IAP. A plenária discutiu o assunto e concluiu que o CEMA, através da SEMA, gestione
222 junto ao Senhor Governador, para que seja editado um Decreto confirmando o mandato dos
223 atuais integrantes-representantes do Conselho até o dia 31 de março de 1.995, como seus
224 legítimos Conselheiros. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Reunião, da qual eu, Paulo
225 Cesar Rizzo Cerdeira na condição de Secretário Executivo do Conselho
226 Estadual do Meio Ambiente do Paraná, lavrei a presente Ata, em Curitiba, aos vinte e um dias do
227 mês de dezembro de hum mil novecentos e noventa e quatro.